

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

O Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é informatizado e registra, controla e contabiliza toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal em tempo real. Por meio de terminais, os usuários das diversas unidades gestoras (UGs) integrantes do sistema registram seus documentos e efetuam consultas *online*. O SIAFI é, também, o principal instrumento de gestão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A STN, por intermédio do SIAFI, realiza o acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária e financeira do governo federal. No que se refere ao SIAFI, julgue os itens abaixo.

- ❶ O SIAFI é, na verdade, não um sistema, mas um conjunto de sistemas, cada um referente a um ano civil. Cada sistema se desdobra em subsistemas que, por sua vez, se dividem em módulos, que se subdividem em consultas ou transações.
- ❷ As UGs que exercem funções de órgão setorial têm o poder de consultar o sistema e obter quaisquer informações acerca de todas as UGs que o compõem.
- ❸ A conformidade diária, por motivo de segurança, só poderá ser dada por operador que registre documentos no sistema.
- ❹ O dado constante do SIAFI é considerado oficial para efeito de divulgação ou publicação, dispensando autenticação.
- ❺ Uma vez incluídos os dados de um documento no SIAFI, independentemente da sua contabilização, somente será possível corrigi-los por meio da emissão de um novo documento que efetue o acerto.

QUESTÃO 42

Um dos principais objetivos de um sistema de classificação orçamentária nos dias atuais é o de possibilitar a análise e a avaliação do ônus e dos benefícios dos programas de governo, segundo distintos pontos de vista, bem como de estudar o impacto dos gastos públicos na economia. Pressupõe-se que, no regime democrático, o povo tem direito de saber o que fazem seus governantes, por que o fazem e que ônus e benefícios decorrerão dos atos do governo. O estabelecimento de classificações orçamentárias adequadas é medida importante na administração pública, pois sua estrutura constitui marco para a adoção de decisões em todo o processo orçamentário. A respeito das diversas classificações das receitas públicas utilizadas no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ As receitas originárias são obtidas dos particulares, envolvendo o patrimônio alheio e não o do próprio Estado. Esse grupo deriva do comando unilateral de vontade do Estado, em contraposição às derivadas, em que a regra é a bilateralidade. São as rendas que o Estado colhe do setor privado, por ato de autoridade, no uso da supremacia estatal.
- ❷ A classificação por categorias econômicas, válida para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, tem como base as fontes econômicas geradoras da receita e permite a adoção de políticas de apoio e incentivos setoriais, assim como a redistribuição de poupanças ociosas, buscando um equilíbrio mais estável na circulação da renda interna como suporte efetivo à política monetária, no que concerne aos financiamentos da atividade econômica.
- ❸ A integralização de capital social, o resultado do Banco Central do Brasil (BACEN) e a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional são classificados como operações de crédito.
- ❹ O código de classificação de fontes de recursos é composto por três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos e os demais, a especificação das fontes de recursos. O indicador de grupo de fontes de recursos identifica se o recurso é ou não originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.
- ❺ Aluguéis, arrendamentos, foros e laudêmos, taxa de ocupação de imóveis, juros de títulos de renda, dividendos, participações, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais e remuneração de saldos de recursos não-desembolsados são classificados como receita patrimonial, pois resultam da fruição de elementos patrimoniais.

QUESTÃO 43

A estrutura programática, centrada no modelo de gerenciamento de programas, começou a ser utilizada em 1999 (Plano Plurianual para o período 2000-2003 e Orçamento para 2000), em substituição à classificação funcional-programática, até então vigente. Esse modelo baseia-se na utilização dos programas como módulo integrador entre planejamento e orçamento. Cada programa deverá dar solução a um problema ou atender a uma demanda da sociedade, mediante um conjunto articulado de projetos, atividades e outras ações que assegurem a consecução dos objetivos. Quanto a esse novo esforço no sentido de implementar, de fato, o orçamento do programa no país, julgue os itens a seguir.

- ❶ Em termos de estruturação, o plano plurianual termina no programa, e o orçamento começa no programa, o que confere a esses documentos uma integração desde a origem, sem a necessidade, portanto, de se buscar uma compatibilização entre módulos diversificados.
- ❷ O modelo de gerenciamento de cada programa deve compreender o controle de prazos e custos, sistema informatizado de apoio ao gerenciamento e a definição da unidade responsável pelo gerenciamento, salvo nos casos em que o programa seja integrado por projetos ou atividades desenvolvidas por mais de um órgão ou unidade administrativa.
- ❸ Os programas de apoio administrativo abrangem as ações de gestão de governo e são compostos de atividades de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação e diagnóstico de suporte à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas. As atividades poderão assumir as peculiaridades de cada órgão gestor setorial, respeitadas as definições técnicas do órgão central do sistema, quando houver. Haverá apenas um programa dessa natureza por órgão. Seus atributos básicos são: denominação, objetivo, órgão, unidades orçamentárias e unidade responsável pelo programa.
- ❹ Atividades são ações das quais não resulta um produto, que não contribuem para a manutenção das ações de governo, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- ❺ Cada programa contém um objetivo e indicador, além de um elenco de ações, cujos produtos (bens e serviços) são necessários para atingir o objetivo do programa. A implementação dos programas só se dará com a efetivação dos projetos e atividades. A cada projeto ou atividade só pode estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dá origem à meta.

QUESTÃO 44

O plano plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do governo brasileiro, conforme determina a Constituição da República. Para o período de 2000 a 2003, o plano apresentado pelo governo ao Congresso Nacional, que recebeu o nome de **Avança Brasil**, trouxe mudanças de grande impacto no sistema de planejamento e orçamento federais. Um grupo de 52 programas e projetos estratégicos foi escolhido como prioritário na ação do governo federal nos próximos dois anos. Essa escolha tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico e social equitativo e sustentável. Em 2002, os programas estratégicos receberam R\$ 67,2 bilhões, sendo R\$ 25,1 bilhões provenientes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 42,1 bilhões de outras fontes públicas e privadas. A área social absorverá 83% dos recursos destinados pela União aos programas estratégicos. Esses programas incluem

- ❶ atenção à pessoa portadora de deficiência.
- ❷ administração aduaneira.
- ❸ investimentos em petróleo e gás.
- ❹ descentralização de rodovias federais.
- ❺ prevenção, controle e assistência aos portadores de AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis.

QUESTÃO 45

A despesa pública no Brasil tem uma sistemática de execução que passa por diversos estágios. Com relação a esse assunto e considerando as normas vigentes, julgue os itens seguintes.

- ❶ A emissão do empenho abate o seu valor da dotação orçamentária total do programa de trabalho, tornando a quantia empenhada indisponível para nova aplicação. É uma garantia para o fornecedor ou prestador de serviço que gera direito financeiro líquido e certo contra a administração pública.
- ❷ A liquidação da despesa far-se-á por meio do exame do próprio processo ou expediente versando acerca da solvência do direito creditório, em que se demonstrarão os valores bruto e líquido a pagar, pois na legislação atual não existe formulário específico para formalizar essa fase da despesa.
- ❸ Sem prejuízo das demais formas de pagamento previstas na legislação, as compras de materiais e serviços enquadradas como suprimento de fundos poderão ser pagas mediante a utilização do cartão de crédito corporativo, sendo o ordenador de despesa a autoridade responsável pelo uso do cartão, pela definição e pelos controles dos limites de utilização, vedada sua utilização em finalidade diversa da prevista inicialmente.
- ❹ Após o cancelamento da inscrição da despesa como restos a pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido pela reinscrição do empenho cancelado, mesmo em exercício diverso daquele do cancelamento.
- ❺ As despesas de exercícios anteriores que dependam de requerimento do favorecido prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato que tiver dado origem ao respectivo direito. O início do período da dívida corresponde à data constante do fato gerador do direito, não devendo ser considerado, para fins de prescrição quinquenal, o tempo de tramitação burocrática e o de providências administrativas a que estiver sujeito o processo.

QUESTÃO 46

A tributação é um dos fenômenos econômicos mais comuns e ainda não há muita concordância, entre os teóricos, sobre os seus efeitos reais. Contudo, há um núcleo de princípios básicos, que são tomados como pressupostos no estudo de sistemas tributários. No âmbito desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A parte de um imposto que é repassada aos consumidores independe das declividades relativas das curvas de oferta e demanda.
- ❷ O ônus de um imposto é a perda líquida do excedente dos consumidores e produtores que ocorre ao aplicar-se um imposto.
- ❸ A tributação de produtos com maior elasticidade, tanto do lado da demanda quanto da oferta, é a conclusão evidente de toda a análise da incidência e transferência, do ponto de vista estrito da otimização da arrecadação a curto prazo.
- ❹ Mesmo na situação-limite em que o imposto não admite repasse e o ponto legal identifica-se com o ponto de impacto final, as repercussões podem significar uma redução no lucro, provavelmente acompanhada de alterações nos planos de investimento da empresa e nas suas linhas de produtos, entre outras.
- ❺ Quando a demanda é absolutamente inelástica, o produtor é apenas integralmente pela imposição tributária, sem que a quantidade consumida e, por conseqüência, a base da arrecadação se alterem.

QUESTÃO 47

Durante longo tempo, o Brasil conviveu com taxas de inflação elevadíssimas. Tal situação afetou por demais o mecanismo tributário, gerando problemas e demandando providências dos administradores públicos. No que se refere a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A inflação atua como um tributo sobre os encaixes reais, afetando relativamente mais as classes de maior poder aquisitivo. O resultado é um aumento da progressividade do sistema, uma vez que os segmentos de menor renda, geralmente assalariados, são os menos atingidos.
- ❷ Em uma situação de hiperinflação, a arrecadação tende a zero porque ninguém desejará reter moeda.
- ❸ A inflação é tratada como um imposto não apenas porque corrói os encaixes monetários, mas porque a contrapartida disso é a receita do governo, que arrecada o imposto inflacionário com a moeda que emite para comprar bens e serviços do setor privado. Infere-se disso que o financiamento do déficit público só pode ser feito por tributação ou endividamento, visto que a emissão de moeda para esse fim pode ser considerada forma alternativa de tributação.
- ❹ Em uma situação de descontrole inflacionário, os três mecanismos mais conhecidos de proteção do valor real da arrecadação são a indexação do imposto a pagar, a redução do período de apuração do imposto e a redução do período de recolhimento do imposto.
- ❺ Se o valor do imposto a pagar for igual a R\$ 100,00, a taxa de inflação mensal alcançar 10% ao mês e a defasagem entre a apuração e o recolhimento for de um mês, então o valor real do imposto recolhido será igual a R\$ 90,00.

QUESTÃO 48

Na Lei Orçamentária Anual, o grupo de despesa “juros e encargos da dívida” abrange as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, bem como da dívida pública mobiliária federal interna e externa. Os juros constantes desse grupo de despesa diferem dos utilizados no cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSPs), pois os juros, nas NFSPs,

- ❶ são calculados por regime de caixa e, na programação das despesas do orçamento, por regime de competência.
- ❷ são estimados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e, na programação das despesas do orçamento, pelo BACEN.
- ❸ abrangem o chamado governo central (Tesouro Nacional + BACEN) e, na programação das despesas do orçamento, abrangem as esferas dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- ❹ abrangem a dívida pública do governo central (Tesouro Nacional + BACEN) em poder do público e, na programação das despesas do orçamento, abrangem a dívida pública de responsabilidade do Tesouro em poder do público, descontadas aquelas que constituam a carteira do BACEN.
- ❺ são calculados sobre o estoque bruto da dívida do governo federal (mobiliária e contratual) e, na programação das despesas do orçamento, são calculados sobre as posições ativas menos as passivas do governo central.

QUESTÃO 49

Por influência dos critérios de avaliação da economia do setor público de um determinado país, utilizados pelo Fundo Monetário Internacional, foi introduzido no Brasil o conceito de NFSP para a mensuração do resultado fiscal do setor público. No que concerne a essa metodologia, julgue os itens seguintes.

- ❶ No Brasil, do ponto de vista metodológico, os dois resultados fiscais obtidos — acima da linha e abaixo da linha — deveriam ser exatamente iguais. Porém, devido a dificuldades encontradas no levantamento dos dados pelo Tesouro Nacional, as NFSPs são auferidas usualmente pelo método “abaixo da linha”, que calcula o déficit não com base no gasto em si, mas na variação líquida do estoque da dívida pública.
- ❷ Em processos inflacionários crescentes e elevados, a medição pelo conceito operacional torna-se pouco eficiente para avaliar o desempenho do setor público, em decorrência das distorções que produz.
- ❸ O principal objetivo do cálculo do resultado primário é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público a longo prazo.
- ❹ Déficit operacionais indicam a parcela do crescimento da dívida decorrente de financiamentos de gastos não-financeiros que excedem as despesas fiscais.
- ❺ A metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do governo central sob o critério “acima da linha” enfoca a realização do gasto pela óptica de caixa e abrange as operações de todas as entidades não-financeiras da administração direta e indireta que compõem o orçamento da União.

QUESTÃO 50

O quadro atual referente ao déficit do setor público tem-se demonstrado insustentável na visão do mercado. A resistência do setor público ao ajustamento alimenta o déficit do governo federal, cujas necessidades de financiamento pressionam os juros, que, por sua vez, realimentam as despesas financeiras e o déficit. Esse ciclo tem produzido, como decorrência,

- 1 melhora na distribuição de renda e riqueza.
- 2 nova elevação de toda a estrutura de taxas de juros no segmento livre do mercado de empréstimos, dado o peso do setor governamental e de suas expressivas necessidades de financiamento.
- 3 instabilidade cambial.
- 4 necessidade de elevação gradual da carga tributária, com conseqüente desaquecimento da atividade econômica.
- 5 degradação da infra-estrutura produtiva mantida pelo setor público.

QUESTÃO 51

Introduzida no ordenamento jurídico pela Constituição da República e reforçada em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vem desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente acerca da matéria. Com base no conteúdo da LDO que vem prescrito pela norma constitucional e naquele que vem sendo praticado pelo governo federal nos últimos anos, julgue os itens a seguir.

- 1 De regra, a LDO tem trazido, explicitamente, a forma de calcular o valor mínimo da reserva de contingência a ser estabelecida na lei orçamentária anual para o exercício ao qual se refere. Tal disposição, em que pese ainda não ter tido a inconstitucionalidade argüida, fere o texto constitucional.
- 2 Pela definição constitucional de seu conteúdo, pode-se inferir que a LDO entra em vigor na mesma data em que a lei orçamentária anual a que se refere iniciar sua vigência.
- 3 A LDO compreenderá, de forma regionalizada, as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- 4 A LDO estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 5 Após a Emenda Constitucional (EC) n.º 32, ficou definido que o projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado separadamente pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma de seus respectivos regimentos internos.

QUESTÃO 52

Iniciada a execução do orçamento, poderá ser necessário alterá-lo em função de situações emergenciais, contingências econômico-administrativas ou falhas de planejamento. A forma de alterar a lei orçamentária vigente é mediante a abertura de créditos adicionais. A Lei n.º 4.320/1964 já dispunha sobre o assunto, mas sofreu alterações em face do texto constitucional vigente. Com base nesse contexto, julgue os itens se seguem.

- 1 Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de abertura for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, por decreto legislativo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- 2 A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, por meio da edição de medida provisória.
- 3 Consideram-se recursos disponíveis, para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, os provenientes do excesso de arrecadação, que se constitui no saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e descontado o percentual do excesso obrigatoriamente destinado pela LDO à amortização da dívida pública na forma da LRF.
- 4 Os créditos extraordinários, por serem autorizados mediante medida provisória, não são deliberados na comissão mista a que se refere o art. 166 da Constituição da República.
- 5 As emendas parlamentares aos projetos de lei de créditos adicionais devem ser compatíveis com o que dispõe a LDO e a Lei do Plano Plurianual.

QUESTÃO 53

A EC n.º 30, de 13/9/2000, alterou a redação do art. 100 da Lei Maior, acrescentando, ainda, o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Tais normas provocaram alterações no ordenamento jurídico, no que tange à programação e à execução financeira e orçamentária dos precatórios. A respeito desse tema, julgue os itens subsequentes.

- 1 A alteração constitucional previu a dispensa do regime de precatórios para os débitos de pequeno valor, embora esse dispositivo ainda não tenha sido aplicado.
- 2 A lei que instituiu os juizados especiais da justiça federal fixou em sessenta salários mínimos o valor-limite mencionado no § 3.º do art. 100 da Carta Magna.
- 3 A EC n.º 30/2000 pôs termo a controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais acerca da possibilidade de execução provisória contra a fazenda pública, quer mediante a concessão de tutela antecipada, quer mediante a execução de outra decisão judicial sob a qual penda recurso com efeito meramente devolutivo. Restou claro que, sob a égide da nova ordem constitucional, somente é cabível a formalização do precatório após o trânsito em julgado da decisão exequenda e dos eventuais embargos de devedor ou impugnações apresentadas aos cálculos.
- 4 Foi instituída, no ADCT, a regra de parcelamento, em até cinquenta prestações anuais, dos precatórios pendentes em setembro de 1999 e dos que decorram de ações ajuizadas até 31/12/1997, ressalvados os créditos alimentícios e os já liberados ou depositados em juízo à época.
- 5 Nos casos de precatórios originários de desapropriação de único imóvel residencial do credor, o parcelamento poderia ser realizado em até dez anos.

QUESTÃO 54

A Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF — determina o acompanhamento da execução orçamentária, objetivando o efetivo cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei n.º 10.266, de 24/7/2001, a LDO/2002. Tal como preconiza o art. 9.º da LRF, depois de decorrido cada bimestre, realiza-se uma análise da receita, avaliando-se a necessidade ou não de proceder-se a uma limitação de empenho e movimentação financeira com a finalidade de se cumprir a meta fiscal fixada. Em função de tais dispositivos, o Poder Executivo federal editou o Decreto n.º 4.309, de 22/7/2002, e encaminhou relatório aos demais poderes e ao Ministério Público para que procedessem aos ajustes que lhes eram devidos. Os itens abaixo são trechos desse relatório. Julgue-os relativamente a sua adequação à legislação vigente, especialmente no que concerne à LRF.

- 1 Decorrido o terceiro bimestre, em que pesem os efeitos positivos da aprovação da CPMF no Congresso Nacional, que proporcionou a não-interrupção da arrecadação da mesma, cabe enfatizar que a alteração no comportamento de algumas variáveis econômicas influenciou a revisão dos parâmetros econômicos utilizados para as projeções fiscais relativamente àqueles previstos na primeira avaliação de março. Essa revisão evidenciou a redução da atividade econômica, com seus reflexos sobre a arrecadação. Dessa forma, é necessária nova limitação de pagamento, da ordem de R\$ 3,6 bilhões.
- 2 A receita total estimada no Decreto n.º 4.120, excluída a arrecadação do INSS, foi de R\$ 242,7 bilhões. Na reprogramação atual, efetuada conforme previsto no art. 9.º da LRF, a receita da União, líquida de restituições e incentivos fiscais, é de R\$ 239,3 bilhões, apontando queda de R\$ 3,5 bilhões em relação ao referido decreto.
- 3 Em comparação à primeira avaliação realizada em março, as estimativas para o total das despesas obrigatórias apresentam uma ligeira elevação. Os itens que mais influenciaram essa elevação foram a rubrica de pessoal e os encargos sociais, o pagamento de sentenças judiciais e a edição de vários créditos extraordinários. Por outro lado, verificou-se queda em outros itens, com destaque para o gasto com subsídios e subvenções econômicas.
- 4 Em cumprimento ao disposto no § 1.º do art. 67 da Lei n.º 10.266/2001, o Poder Executivo, nessa data, informa, aos demais poderes e ao Ministério Público da União, o montante da limitação de empenho e de movimentação financeira que cada um deverá promover, sendo de R\$ 7,3 milhões para o Poder Legislativo, R\$ 41,4 milhões para o Poder Judiciário e R\$ 2,6 milhões para o Ministério Público. Esse montante corresponde a 1,5% da limitação a ser aplicada sobre os projetos de responsabilidade dos demais poderes, sendo os 98,5% restantes absorvidos pelo Poder Executivo. É importante ressaltar que caberá aos referidos poderes e ao Ministério Público promover, por ato próprio, suas respectivas limitações de empenho e movimentação financeira, conforme disposto na LRF.
- 5 Assim que verificada a possibilidade de melhora no cenário fiscal e havendo a possibilidade de elevação dos limites de despesas discricionárias, tal fato será imediatamente comunicado aos demais poderes e ao Ministério Público da União.

QUESTÃO 55

O poder regulamentar dos decretos de programação orçamentária para o exercício de 2002 se apóia nos art.º 8.º e 9.º da Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF — e nos dispositivos da LDO para 2002. Tais dispositivos impõem à execução orçamentária a obrigatoriedade de observar a necessidade de cumprimento da meta de resultado primário (receita menos despesa, antes dos juros) prevista na LDO no valor de R\$ 36,7 bilhões para 2002 (R\$ 29,2 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade, mais R\$ 7,5 bilhões no orçamento das estatais). Com base nesses mandamentos, o Poder Executivo editou o Decreto n.º 4.120, de 7/2/2002, posteriormente alterado. O citado decreto, desconsideradas as alterações posteriores, apresentava determinadas características. Acerca dessas características, julgue os itens seguintes.

- 1 As receitas incluídas pelo Congresso Nacional por ocasião da aprovação da lei orçamentária anual não se comprovaram fidedignas, sendo reestimadas no decreto de contingenciamento.
- 2 A principal variável de ajuste quando da necessidade de contingenciamento é a redução dos investimentos.
- 3 Os valores inscritos em restos a pagar de anos anteriores restringem os limites financeiros previstos para pagamento em 2002; a conta de restos a pagar aumentou muito nos últimos anos.
- 4 O decreto, quanto à definição das prioridades, tem observado estritamente o Anexo de Metas e Prioridades da LDO.
- 5 É preciso observar que a utilização de fontes financeiras (tais como as operações de crédito, o superávit financeiro do exercício anterior e a parcela financeira da reserva de contingência) para o atendimento de despesas primárias, nos créditos adicionais ao longo de 2002, implicarão nova repressão fiscal.

QUESTÃO 56

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das operações de crédito
Orçamento fiscal e da seguridade social

RF, art. 54 – Anexo VIII R\$ milhares

despesas com pessoal	valor	% sobre a RCL
total da despesa líquida com pessoal nos 12 últimos meses	392.780,00	45,81
limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	399.113,65	46,55
limite permitido (art. 71 da LRF)	15.261,49	1,78
limite legal (incisos, I, II e III, art. 20 da LRF)	420.119,63	49,00

dívida	valor	% sobre a RCL
dívida consolidada	710.405,00	82,86
dívida consolidada líquida	598.270,00	69,78
limite definido por resolução do Senado Federal	1.714.774,00	200,00

garantias de valores	valor	% sobre a RCL
total das garantias	58.082,00	6,77
limite definido por resolução do Senado Federal	188.625,14	22,00

operações de crédito	valor	% sobre a RCL
operações de crédito internas e externas	3.929,00	0,46
operações de crédito por antecipação da receita	-	-
limite definido pelo Senado Federal para operações de crédito internas e externas	137.181,92	16,00
limite definido pelo Senado Federal para operações por antecipação da receita	60.017,09	7,00

restos a pagar	valor	disponibilidade financeira
total dos restos a pagar		

serviços de terceiros	valor	% sobre a RCL
total das despesas com serviços de terceiros		
limite, calculado com base no exercício de 1999, do total da despesa com serviços de terceiros (art. 72 da LRF)		

Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do estado do Acre.

Considerando os dados do relatório acima apresentado, relativo ao período de maio de 2001 a abril de 2002, julgue os itens que se seguem.

- Os cálculos de despesa com operações de crédito por antecipação de receita estão de acordo com a legislação vigente.
- Os cálculos da dívida consolidada estão de acordo com a legislação vigente.
- Os cálculos das garantias estão de acordo com a legislação vigente.
- Os cálculos de despesa com pessoal estão em desacordo com a legislação vigente.
- O relatório está incompleto.

QUESTÃO 57

Com relação à escrituração e às demonstrações contábeis adotadas no âmbito da contabilidade pública, julgue os itens abaixo, tendo como base a Lei n.º 4.320/1964, principal norma federal que disciplina essa matéria no Brasil.

- Caracteriza-se como peculiaridade da contabilidade pública, em relação aos demais ramos contábeis, a obrigatoriedade de registrar os fatos permutativos independentes da execução orçamentária, os quais, dessa forma, afetam, positiva ou negativamente, o resultado apurado no exercício financeiro.
- Na estrutura básica do plano de contas da administração pública federal, a classe 2 — passivo — subdivide-se em passivo circulante, passivo exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, patrimônio líquido e passivo compensado.
- Os lançamentos da contabilidade pública são efetuados em quatro grandes sistemas independentes de contas — o orçamentário, o financeiro, o operacional e o de compensação —, que funcionam como compartimentos estanques.
- O sistema orçamentário registra apenas atos de natureza orçamentária e não-financeira, ou seja, atos que não envolvam nem afetem a movimentação de recursos em dinheiro.
- O sistema financeiro registra pagamentos e recebimentos, ou seja, qualquer movimentação de recursos financeiros, tanto as que decorrem da execução do orçamento, quanto as que independem dessa.

QUESTÃO 58

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela contabilidade pública são: o balanço orçamentário (BO), o balanço financeiro (BF), o balanço patrimonial (BP) e a demonstração das variações patrimoniais. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

- O BO demonstra as receitas e despesas previstas e(ou) fixadas em confronto com as realizadas e(ou) executadas, indicando, ainda, o resultado orçamentário do exercício.
- No BF, os subgrupos **interferências ativas** e **interferências passivas** podem aparecer duas vezes: no grupo dos ingressos e dispêndios orçamentários e no grupo dos recebimentos e pagamentos extra-orçamentários.
- O BP demonstra a situação estática dos bens, direitos e obrigações e indica o valor econômico do patrimônio líquido em um determinado momento. É composto pelos subgrupos ativo e passivo financeiros, ativo e passivo permanentes, saldo patrimonial e contas de compensação.
- A forma de apresentação do BP, separando os elementos patrimoniais entre financeiros e não-financeiros, ou permanentes, é obrigatória e visa possibilitar o cálculo do superávit financeiro, que serve de fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.
- Os itens patrimoniais que dependem de autorização orçamentária para suas realizações não integram os subgrupos ativo financeiro e passivo financeiro do BP.

QUESTÃO 59

Julgue os itens a seguir, à luz das práticas, das particularidades, dos critérios e dos demonstrativos contábeis adotados e elaborados pela contabilidade pública por força da Lei n.º 4.320/1964.

- Denominam-se transferências financeiras as movimentações de recursos financeiros efetuadas entre as unidades gestoras do sistema e aquelas que são concedidas ou recebidas para atender restos a pagar, sendo que ambas integram o resultado orçamentário.
- Na apuração do resultado patrimonial do exercício, computam-se as mutações — ativas e passivas —, que refletem a contabilização dos fatos permutativos decorrentes da execução da despesa e da receita orçamentárias.
- Na apuração do resultado orçamentário, é possível a ocorrência da equação $DF < DE$, em que DF representa a despesa fixada e DE refere-se à despesa executada, o que demonstra que houve excesso na realização da despesa.
- As rubricas denominadas superveniências e insubsistências — ativas ou passivas — caracterizam tipos de variações patrimoniais orçamentárias que registram aumentos ou reduções no resultado patrimonial.
- A inscrição e a execução dos restos a pagar não-processados visa atender ao regime contábil legalmente estabelecido para a contabilidade pública.

QUESTÃO 60

À luz da Constituição da República e da Lei n.º 4.320/1964, julgue os seguintes itens, relativos aos sistemas de controle interno e externo da administração pública federal.

- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta deve ser realizada sob os seguintes aspectos: legalidade, legitimidade e economicidade, entre outros.
- Entre as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União (TCU), destaca-se a de julgar, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento, as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e estabelecer, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- As competências privativas dos tribunais previstas na Constituição da República não podem ser atribuídas ao TCU, uma vez que este não é considerado um órgão julgante.
- Sob o prisma da tempestividade, a verificação dos atos de execução orçamentária realiza-se em três momentos: prévio, concomitante e subsequente. A unidade de controle interno possui atribuições apenas nos dois primeiros. Quanto ao último, cujo principal instrumento é a tomada ou prestação de contas anual, identifica-se, unicamente, com os órgãos de controle externo.

QUESTÃO 61

De acordo com as instruções normativas do TCU — ao qual compete regulamentar a obrigatoriedade de prestar contas e a forma, a periodicidade e os prazos para fazê-lo —, julgue os itens a seguir.

- A abertura de tomada ou prestação de contas especial ocorre unicamente quando se verificar a ocorrência, no âmbito da administração pública — direta e indireta —, de desfalque, desvio de bens, ou outra irregularidade que resulte em prejuízo para a fazenda pública.
- A prestação de contas extraordinária deve ser formalizada quando ocorrer extinção, cisão, fusão, incorporação, transformação, liquidação ou privatização de entidades da administração indireta, inclusive das fundações instituídas e(ou) mantidas pelo poder público.
- A tomada de contas, processo formalizado pela contabilidade analítica, contém dados e informações pertinentes aos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional e à guarda de bens e valores públicos.
- A prestação de contas é o processo formalizado pelo titular da entidade da administração indireta, que compreende as autarquias, as fundações instituídas e mantidas pela União, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas — direta ou indiretamente — pela União, bem como as empresas encampadas ou sob intervenção federal, os órgãos e entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais, de investimentos e de outros fundos, e os órgãos ou entidades administrados sob contrato de gestão.
- As contas dos órgãos da administração direta e indireta devem ser encaminhadas ao TCU acompanhadas, entre outras peças básicas, de relatório e certificado de auditoria emitido pelo controle interno, bem como por parecer de auditoria emitido por auditores independentes.

QUESTÃO 62

Com base exclusivamente no que dispõe a Constituição da República com relação à função fiscalizadora do Poder Legislativo, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A competência para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo federal é exclusiva do Congresso Nacional, que só pode fazê-lo diretamente e em regime unicameral.
- ❷ As comissões parlamentares de inquérito são órgãos colegiados da Câmara, do Senado e(ou) das duas casas; podem ser permanentes ou temporárias e destinam-se à apuração de fato indeterminado que necessite de maiores investigações, desde que tal fato seja de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do país. Para tanto, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- ❸ Se o presidente da República não apresentar suas contas ao Congresso Nacional em um prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, caberá à Câmara dos Deputados, privativamente, proceder à referida tomada de contas.
- ❹ Os ministros de Estado podem ser convocados por qualquer uma das duas casas do Congresso Nacional, ou por qualquer uma de suas comissões, para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- ❺ O TCU pode, por motivos de conveniência e oportunidade, recusar-se a prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por suas casas, ou por qualquer uma das respectivas comissões, acerca da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

QUESTÃO 63

A fonte imediata do direito é a lei. Esta, porém, por mais que se alarguem as suas generalizações, por mais que espiritualize, jamais poderá compreender a infinita variedade dos fenômenos sociais que emergem da elaboração constante da vida e vêm pedir garantias ao direito. Dessa insuficiência da lei para dar expressão jurídica a todas as necessidades sociais, que a reclamam para traduzir o matiz da vida organizada em sociedade, resulta, em primeiro lugar, que é forçoso manter a seu lado as fontes subsidiárias do direito aplicáveis quando ela for omissa, e, em segundo lugar, que é indispensável aplicar à lei os processos lógicos da analogia e da interpretação, para que os seus dispositivos adquiram a necessária extensão e flexibilidade.

Clovis Bevilacqua (com adaptações).

Considerando o texto acima e com relação às fontes do direito comercial, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Em matéria de direito comercial, aplicam-se as leis comerciais, afastando-se, por inteiro, a legislação civil.
- ❷ A lei de natureza civil também é fonte de direito comercial, porém considerada secundária.
- ❸ Em conformidade com o Regulamento n.º 737, a lei civil deve prevalecer sempre sobre os costumes comerciais.
- ❹ Os costumes, por força do Código Comercial, integram a lei comercial.
- ❺ A prova de existência de costume comercial pode ser produzida por certidão expedida por juntas comerciais.

QUESTÃO 64

Os direitos do comerciante devidamente registrado incluem o

- ❶ direito de optar, no caso de insolvência, entre a falência ou o concurso civil de credores.
- ❷ requerimento da falência de outros, com base na sua própria escrituração, independentemente de manter regular a própria escrituração.
- ❸ requerimento de concordata preventiva.
- ❹ requerimento de sua própria falência, independentemente de manter escrituração comercial.
- ❺ requerimento da falência de outros, com base na escrituração destes últimos, independentemente de manter regular a sua própria escrituração.

QUESTÃO 65

Acerca dos crimes contra a administração pública e a ordem tributária, julgue os itens abaixo.

- ❶ De acordo com o Código Penal (CP), os crimes praticados por funcionários públicos contra a administração incluem extravio, a sonegação ou a inutilização de livro ou documento, no art. 314: “extraviar livro oficial ou qualquer documento de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente”. Entretanto, quando tal fato for praticado por funcionário público que tenha a guarda do documento em razão do cargo e exerça função fiscal, o crime cometido será o funcional contra a ordem tributária, ocorrendo pagamento inexato de tributo.
- ❷ A diferença entre o contrabando e o descaminho consiste no fato de que, no primeiro, a mercadoria é de importação ou exportação proibidas e, no segundo, o ingresso das mercadorias importadas é permitido, considerando o delito na fraude tendente a evitar o pagamento do tributo devido.
- ❸ Excepcionando a regra da participação estabelecida pelo art. 29 do CP, o legislador criou um tipo penal próprio para o funcionário público que facilita o contrabando, com infração ao dever funcional.
- ❹ O funcionário público que, negligentemente, permite que outro servidor se aproprie, em proveito próprio, de verbas públicas de que tenha posse em razão do cargo estará sujeito às penas previstas para o peculato culposo. Advindo a reparação do dano antes da sentença penal condenatória, estará extinta a punibilidade do funcionário dissidioso e do autor da apropriação em virtude do princípio da unidade delitual de que trata o art. 29 do CP.
- ❺ Se o sócio-gerente de empresa, inscrita como contribuinte do ICMS, deixar de atender a obrigação de fornecer nota fiscal de venda efetivamente realizada, requerida pelo consumidor, ele cometerá crime contra a ordem tributária, que, na hipótese considerada, tratando-se de crime formal, consuma-se com o simples ato de não efetivar o fornecimento de documento fiscal.

QUESTÃO 66

Foi inserido no CP capítulo que define, no âmbito dos crimes contra a administração pública, os crimes contra as finanças públicas que, segundo Damásio Evangelista de Jesus (**Direito Penal**, 4.º vol., parte especial, p. 371, 12.ª ed.), representa o tratamento criminal para o descumprimento das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF —, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal. Acerca desse tema, julgue os seguintes itens.

- ❶ Constitui crime contra as finanças públicas ordenar operação de crédito externo com inobservância das condições estabelecidas por resolução do Senado Federal, exceto quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei.
- ❷ O funcionário público que promover a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia cometerá, em tese, o crime de oferta pública ou colocação de título no mercado.
- ❸ A LRF limitou a despesa total com pessoal ativo e inativo da União, conforme estabelece a Constituição da República, em 50% da receita corrente líquida, tornando nulo o ato que provoque aumento de despesas com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão, constituindo crime ordenar ato que acarrete aumento de despesa nos noventa dias anteriores ao final do mandato.
- ❹ A LRF define o que se pode entender por operações de crédito, em razão do que se pode afirmar que o crime de ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa é norma penal em branco que depende da existência da referida lei complementar para vigorar.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
A União prestou garantia em operação de crédito interna a um determinado estado da federação e, ao contrário de exigir contrapartida em valor igual ou superior ao da garantia concedida, estabeleceu a vinculação das receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes a si para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida. Nessa situação, caracteriza-se, em tese, o crime de prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contrapartida em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

QUESTÃO 67

A Lei n.º 9.983/2000 inseriu no CP dispositivo que define crimes de sonegação de contribuição previdenciária, revogando, em parte, a Lei n.º 8.212/1991, com prazo de *vacatio legis* de noventa dias. Com base nesse dispositivo, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
No período de 23/7/2000 a 23/9/2000, o sócio-gerente de determinada empresa reduziu a contribuição previdenciária devida, omitindo, da folha de pagamento, um trabalhador avulso que lhe presta serviço.
Nessa situação, o sócio-gerente cometeu o crime de sonegação de contribuição previdenciária, podendo o juiz deixar de aplicar a pena, caso o agente seja primário e de bons antecedentes, e o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior ao mínimo estabelecido administrativamente pela previdência social para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
No período de 10/12/2000 a 4/5/2002, João reduziu as contribuições previdenciárias devidas, omitindo os lucros auferidos, tendo seu contador alertado-lhe que a conduta constituía crime de sonegação previdenciária punido com dois anos a cinco anos de reclusão. Em razão disso, João antes do início de qualquer ação fiscal, procurou o órgão próprio da previdência e, atendendo à forma regulamentar, espontaneamente, declarou e confessou os valores das contribuições devidas à previdência social.
Nessa situação, restou extinta a punibilidade por força das atitudes tomadas por João.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
O contador de uma empresa com mais de quinhentos empregados, diante da necessidade premente de ausentar-se do serviço para buscar os filhos menores na escola, deixou cair atrás de um armário oito fichas de diretores. Por isso não lançou, mensalmente, durante cinco anos, nos títulos próprios da empresa, as quantias descontadas daqueles segurados, reduzindo um total de R\$ 325.753,00 de contribuição social previdenciária.
Nessa situação, o contador praticou o crime de sonegação previdenciária.
- ❹ O crime de reduzir ou suprimir contribuição social previdenciária na modalidade de omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias tem como objetividade jurídica o patrimônio do Estado, particularmente, a seguridade social, permitindo ao juiz reduzir a pena de um terço, se o empregador, não sendo pessoa jurídica, tiver folha de pagamento mensal inferior a R\$ 1.500,00.
- ❺ A causa especial de diminuição de pena estabelecida para os crimes de sonegação de contribuição previdenciária é reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices dos reajustes dos benefícios da previdência social.

QUESTÃO 68

A concessão de serviço público, pela sua própria natureza e especialmente pela sua forma de remuneração, não se presta a todo tipo de serviço público; ela só se presta àqueles que sejam passíveis de exploração comercial. Os serviços públicos de saúde, de educação, aquilo que é chamado de serviços sociais do Estado, não se prestam à concessão de serviço público. Justamente por serem gratuitos, o Estado é que tem de manter inteiramente a execução desses serviços. Não haveria como fazer a concessão, nem como o concessionário assegurar a sua remuneração pela exploração comercial do serviço; quer dizer, não é um tipo passível de exploração comercial.

María Sylvia Zanella di Pietro. *Parcerias na administração pública*, 8.ª ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 35 (com adaptações).

Com base no texto acima e considerando a concessão na administração pública, julgue os itens a seguir.

- ❶ A autora preleciona que a concessão de serviço público social se constrói sobre duas formas: de um lado como serviço público, sob interesse geral, e de outro, como empresa capitalista que visa o lucro.
- ❷ A autora defende que educação e saúde não devem ser objeto de concessão pelo Estado.
- ❸ Extraí-se do texto que, de acordo com o direito brasileiro, somente a administração indireta poderá manter os serviços de educação e saúde.
- ❹ De acordo com o texto, no direito brasileiro, não há como as concessionárias terem lucro, pois os serviços de saúde e educação são gratuitos.
- ❺ O Estado brasileiro poderá autorizar mas não conceder os serviços de saúde, segundo o direito brasileiro.

QUESTÃO 69

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos princípios da administração pública.

- ❶ O princípio da publicidade impõe a transparência na atividade administrativa e recomenda divulgar em veículos de mídia os dados pessoais do agente público para informar melhor ao administrado quem é o responsável pelo ato administrativo.
- ❷ O princípio da moralidade administrativa pode ser considerado a um só tempo dever do administrador e direito público subjetivo do cidadão, havendo inclusive ação judicial para sua defesa.
- ❸ O princípio do controle dos atos administrativos pela via jurisdicional permite a anulabilidade desses atos.
- ❹ A Constituição da República de 1988, ao vedar expressamente o início de programas ou projetos sem previsão orçamentária, tem em vista o cumprimento do princípio da eficiência.
- ❺ O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular reforça as práticas autoritárias do Estado de Direito.

QUESTÃO 70

Com relação à responsabilidade do Estado, julgue os seguintes itens.

- ❶ A responsabilidade civil da administração pública decorrente de atos de seus agentes que, no exercício funcional, causem danos a terceiros refere-se à teoria objetiva do risco administrativo.
- ❷ O direito brasileiro abrange a responsabilidade subjetiva do agente causador do dano na relação entre o Estado e o agente público.
- ❸ No exercício do poder de polícia, em vista da supremacia do interesse público sobre o direito de propriedade, não se aplica a responsabilidade extracontratual da administração pública.
- ❹ O empreiteiro particular de obra pública, habilitado e vencedor no processo licitatório, não responde por danos causados a terceiro durante a execução da obra, pois está apenas executando ato administrativo.
- ❺ A responsabilidade subsidiária do Estado abrange as pessoas de direito privado que desempenham cometimentos estatais sob concessão ou delegação.

QUESTÃO 71

Julgue os itens abaixo quanto ao procedimento das licitações.

- ❶ A contratação de serviços de publicidade prescinde da licitação como regra geral, ressalvados os casos previstos em lei.
- ❷ A dispensa indevida e dolosa de processo licitatório só configura ato de improbidade administrativa se causar lesão ao erário.
- ❸ O julgamento das propostas é ato discricionário, pois somente após ter ciência das propostas é que a administração fixará melhor os critérios de escolha.
- ❹ Comprovado o superfaturamento, respondem solidariamente pelos danos causados ao erário o fornecedor, o prestador de serviços e o agente público responsável.
- ❺ O procedimento licitatório deve ser exigido por lei específica em vista de a regra geral ser a inexigibilidade de licitação.

Texto I – questões 72 e 73

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) destina-se ao financiamento do estudante regularmente matriculado em curso de graduação não-gratuito que não tem condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O FIES financia até 70% do valor da semestralidade escolar, podendo o estudante optar por um percentual menor, que não poderá ser aumentado após a confirmação da inscrição.

O prazo máximo de utilização do FIES é igual ao período remanescente para a conclusão do curso pelo estudante, à época de seu ingresso no programa, observada a duração regular do curso estabelecida pela instituição. Excepcionalmente, a pedido do estudante e com a anuência formal da Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento, o prazo do financiamento poderá ser prorrogado por mais um ano.

A taxa de juros do FIES é determinada pelo Conselho Monetário Nacional. Para os contratos assinados no 2.º semestre de 2002, a taxa de juros será de 9% ao ano, capitalizados mensalmente — 0,72073% ao mês —, permanecendo fixa por todo o período de vigência do financiamento.

Os pagamentos ocorrerão em três fases:

1.ª fase: parcelas de juros — durante a utilização do financiamento (período de estudos), o estudante pagará, a cada três meses, uma parcela de juros limitada a R\$ 50,00. Se isso não for suficiente para amortizar todos os juros do financiamento, o saldo remanescente será incorporado ao saldo devedor;

2.ª fase: amortização I — nos doze primeiros meses após a conclusão do curso, o estudante pagará prestações mensais e iguais, no valor da parcela que não era financiada pelo FIES no último semestre em que utilizou o financiamento;

3.ª fase: amortização II — o saldo devedor restante será parcelado em até uma vez e meia o período de utilização do financiamento, sendo o valor das prestações, mensais e *postecipadas*, calculado pela tabela Price.

Internet: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 1.º/9/2002 (com adaptações).

QUESTÃO 72

Com base nas informações do texto I e considerando um contrato assinado no segundo semestre de 2002 junto ao FIES, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Se um estudante financiou pelo FIES o máximo permitido e ainda paga para a instituição onde estuda o valor mensal de R\$ 180,00, então o valor total da mensalidade do curso desse estudante é inferior a R\$ 620,00.
- ❷ A taxa mensal de juros mencionada no terceiro parágrafo do texto é a taxa efetiva mensal equivalente à taxa anual de 9%.
- ❸ Se a taxa anual de inflação em 2003 for igual a 6%, então, nesse mesmo ano, a taxa real de juros cobrada no FIES será inferior a 3% ao ano.
- ❹ Se um estudante tomou emprestado do FIES R\$ 1.000,00 mensais, então, ao final do primeiro trimestre do financiamento, os juros desse financiamento não excederão R\$ 50,00.
- ❺ O plano de amortização utilizado na terceira fase do pagamento do valor financiado tem como característica principal a amortização mensal constante.

QUESTÃO 73

Paulo foi beneficiário do FIES desde agosto de 1999 e pagava R\$ 300,00 (parcela não-financiada) de mensalidade à instituição de ensino superior onde estudava, complementados com a parcela mensal de financiamento de R\$ 200,00. O financiamento prolongou-se até julho de 2002, quando ele se formou. Os valores cobrados pela instituição não foram alterados durante esses três anos.

Na situação hipotética acima, considerando que o financiamento dos estudos de Paulo foi feito segundo as normas citadas no texto I, julgue os itens seguintes.

- ❶ De agosto de 2002 a julho de 2003, Paulo deverá restituir mensalmente ao FIES a quantia de R\$ 200,00.
- ❷ Ao iniciar a 2.ª fase, denominada “**amortização I**”, Paulo não precisará se preocupar com o pagamento dos juros, pois, de acordo com o estabelecido na 1.ª fase, toda a parcela de juros já teria sido paga durante o período de estudos.
- ❸ A prestação mensal que Paulo deverá pagar em setembro de 2003 será 0,72073% maior que a de agosto de 2003.
- ❹ Se o saldo devedor da dívida contraída por Paulo for igual a Y reais quando se iniciar a 3.ª fase de pagamentos, então, imediatamente após o pagamento da primeira prestação, de valor igual a P reais, o saldo devedor será igual a $1,0072073 \times Y - P$.
- ❺ Se Paulo decidir quitar sua dívida em 12 pagamentos mensais, a partir de agosto de 2003, e se, nessa ocasião, o saldo devedor for igual a Y reais, então o valor, em reais, da última prestação que ele pagará será de $\frac{0,0072073 \times Y \times 1,0072073^{12}}{1,0072073^{12} - 1}$.

RASCUNHO

QUESTÃO 74

Com base no anúncio ao lado, considerando que a M&M Veículos leve um mês para entregar o veículo e que um comprador, que dispõe do valor integral para pagamento à vista da entrada do veículo, possa aplicar o seu dinheiro a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês, julgue os itens a seguir.

M&M Veículos

- ✓ A ECONOMIA COMEÇA NO PREÇO
 - ✓ Pálio Fire Modelo 2003 – 4 P 0 KM
 - ✓ R\$ 14.500,00 à vista ou Entrada de R\$ 2.500,00* + 48 parcelas fixas *postecipadas* de R\$ 450,00 (taxa de juros de 2,71% ao mês ou 37,83% ao ano).
- * A entrada pode ser paga de acordo com as seguintes opções:
- A R\$ 1.000,00 no pedido + R\$ 1.500,00 na entrega do veículo.
 - B Duas parcelas mensais e *postecipadas* de R\$ 1.300,00.
 - C Três parcelas mensais e *antecipadas* de R\$ 900,00.

- 1 Quanto à entrada do veículo, comparada com a opção de pagamento A, a taxa de juros cobrada pela M&M Veículos na opção B é igual a 1% ao mês.
- 2 Entre as opções de pagamento A e C, a primeira é financeiramente mais vantajosa para o comprador.
- 3 A taxa mensal de juros mencionada no anúncio é a taxa proporcional equivalente à taxa nominal de 37,83% ao ano.

4 O valor da parcela do financiamento do veículo pode ser obtido como resultado da operação $\frac{12.000 \times 0,3783 \times 1,3783^4}{0,3783 \times 1,3783^4 - 1}$.

5 Se as prestações fossem antecipadas em vez de *postecipadas*, então o valor de cada parcela seria igual a R\$ 450,00 × 1,0271.

RASCUNHO

QUESTÃO 75

A motivação e a liderança são dois dos mais importantes tópicos compreendidos no comportamento organizacional. Tendo em vista as principais teorias desenvolvidas nos campos da motivação e da liderança, julgue os itens subsequentes.

- 1 No campo da motivação, de acordo com a teoria das expectativas, para que um indivíduo esteja motivado, é preciso que ele dê valor ao resultado ou à recompensa que possa conseguir, acredite que um esforço adicional o levará a um desempenho melhor e que esse desempenho resultará em recompensas ou resultados melhores.
- 2 A teoria da motivação de Maslow — hierarquia de necessidades — compreende quatro necessidades (fisiológicas, de segurança, sociais e de realização pessoal), sendo que, à medida que as de ordem mais baixa são satisfeitas, a seguinte se torna dominante.
- 3 De acordo com as teorias contingenciais de liderança, entre elas a de Fiedler, existe um modo ideal de liderança em todas as situações que se apresentam nas organizações. De acordo com essas teorias, os líderes eficazes são aqueles capazes de adaptar seus estilos às exigências de uma situação específica.
- 4 Uma das possibilidades de estudo da liderança refere-se à relação do líder com seus liderados. De acordo com a abordagem da ligação diádica vertical (*vertical dyadic linkage*), um líder tem relações diferentes com cada liderado, o que levaria à criação, na unidade de trabalho, de dois grupos distintos, um com relações mais positivas entre o líder e os liderados e outro, com relações mais negativas.
- 5 A administração por objetivos (APO) é um exemplo da aplicação da teoria de determinação de metas e, como componentes básicos, conta com a especificidade de meta, a tomada de decisão unilateral, um período de tempo explícito e *feedback* sobre o desempenho.

QUESTÃO 76

A administração é o processo de planejar, organizar, liderar e controlar, a partir da utilização dos recursos disponíveis, buscando atingir determinados objetivos. Nesse sentido, é necessário que a organização defina parâmetros essenciais que delinearão sua existência. Tendo em vista o delineamento de posições individuais nas organizações e o delineamento da estrutura organizacional, julgue os itens seguintes.

- 1 A formalização do comportamento, seja ela definida pela posição, pelo fluxo de trabalho ou por regras, é um parâmetro de delineamento organizacional que tem por objetivo reduzir a variabilidade do comportamento, com a finalidade de controle, e ocorre mais comumente na cúpula estratégica que no núcleo operacional da organização.
- 2 Para agrupar posições e unidades, são utilizados critérios de interdependência do fluxo de trabalho, de interdependência de processos, de interdependência de escala e interdependências sociais. A partir desses critérios, é possível delinear as unidades de trabalho pelo fato de a organização se agrupar por função ou por mercado.
- 3 Burns e Stalker propuseram duas categorias de organizações: mecanicista e orgânica. As organizações mecanicistas apresentam, entre outras características: estrutura hierárquica de controle, autoridade e comunicação. A interação mais freqüente é a vertical, e a tarefa individual muda constantemente como resultado da interação com os demais membros da organização. Nas organizações orgânicas, o conteúdo da comunicação tende a ter mais informação e conselho que instruções e decisões, insistência quanto à lealdade e obediência, e a preocupação com o aperfeiçoamento dos meios é maior que a preocupação com o alcance dos fins.
- 4 Na busca de maior dinamismo e maior eficácia organizacionais, as organizações utilizam instrumentos de interligação que podem vir a inserir-se na estrutura formal. Forças-tarefa, estruturas funcionais, gerentes integradores e posições de interligação são exemplos desses instrumentos.
- 5 A *adhocracia* é uma estrutura que tem como palavra-chave a inovação, ou seja, rebelar-se contra padrões estabelecidos. Ela se caracteriza pela pouca formalização do comportamento, pelo apoio aos instrumentos de interligação e pela descentralização seletiva.

QUESTÃO 77

O estudo dos aspectos de eficiência e de equidade dos gastos públicos, bem como da forma de financiamento desses gastos, é crucial no entendimento das economias de mercado. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- ❶ Em virtude do reajuste das alíquotas, que passam de 0,65% para 1,65%, a minirreforma tributária, que põe fim à cobrança cumulativa do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), aumenta o gravame excessivo do sistema tributário brasileiro.
- ❷ A participação da União na provisão de serviços de saúde justifica-se tanto pela natureza redistributiva desse tipo de gasto quanto pelo fato de o mercado desses serviços se caracterizar pela existência de diferentes assimetrias de informação.
- ❸ A alocação de recursos gerada pelo equilíbrio competitivo é eficiente no sentido de Pareto e, do ponto de vista social, também é justa.
- ❹ Aumentos temporários dos gastos públicos financiados pelo aumento da dívida do governo provocarão aumentos dos preços e das taxas de juros.
- ❺ Políticas fiscais que incluem cortes de impostos, como é o caso da recente queda do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre automóveis de porte médio, são mais eficientes quando as variações induzidas nas taxas de juros são expressivas e a demanda de investimento é mais elástica em relação a essas variações.

QUESTÃO 78

A macroeconomia trata de aspectos como os déficits orçamentários, a dívida pública e os processos inflacionários. Com base nessa teoria, julgue os itens seguintes.

- ❶ Para os monetaristas, o financiamento de um déficit fiscal por emissão monetária, a longo prazo, gera maiores taxas de inflação do que o financiamento por meio de endividamento.
- ❷ Se forem acomodados pelas autoridades econômicas, os ajustamentos a choques adversos de oferta que provoquem estagflação conduzirão a aumentos de preços, já que a produção, a longo prazo, permanecerá fixa, no nível da taxa natural de produção.
- ❸ Durante períodos de inflações não-antecipadas, os devedores se beneficiam em detrimento dos credores porque a taxa de juros *ex post* é superior à taxa de juros real *ex ante*.
- ❹ De acordo com a visão keynesiana, políticas monetárias expansionistas reduzem as taxas de juros, provocando, assim, uma expansão do investimento e da demanda agregada.
- ❺ Em razão do problema da inconsistência intertemporal, políticas econômicas com base em regras fixas podem alterar, de forma expressiva, os níveis de equilíbrio de longo prazo da produção e do emprego.

QUESTÃO 79

O presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei ordinária que concedia isenção de IPI para determinados setores produtivos, a fim de desenvolver a região Nordeste, e o aumento nas alíquotas do IR das pessoas físicas, o qual foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo chefe do Poder Executivo.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- ❶ Essa norma é plenamente válida, constitucional, pois atende ao princípio da legalidade estrita.
- ❷ Norma com conteúdo tributário não seria constitucional, por vício de iniciativa, caso o projeto de lei tivesse sido encaminhado por iniciativa popular com número suficiente de subscrições.
- ❸ Na situação descrita, a norma sancionada é inconstitucional, pois não atendeu ao princípio da especificidade da lei tributária, dado que cuidou ao mesmo tempo da isenção de IPI e do aumento de alíquotas do IR de pessoa física.
- ❹ A norma sancionada é válida, constitucional, pois seu conteúdo abrange apenas matéria tributária, o que vai ao encontro da exclusividade da lei tributária para conceder qualquer benefício, entre eles a isenção.
- ❺ A lei a que se refere a situação descrita é inconstitucional no tocante à isenção concedida, dado que cuida de matéria tributária que somente poderia ser objeto de lei complementar.

QUESTÃO 80

Uma empresa X que industrializa cerveja, estabelecida no estado de Goiás, vendeu para uma distribuidora Y, estabelecida no Distrito Federal (DF), mil caixas de cervejas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Existindo convênio anterior, calcado em leis que atribuam a terceiros a responsabilidade tributária pelo pagamento do ICMS entre o estado de Goiás e o DF, seria constitucional, na visão do STF, a cobrança antecipada do tributo do ICMS no Goiás e caberia à distribuidora no DF o seu recolhimento, no momento em que realizasse a operação mercantil de venda.
- ❷ O fenômeno da cobrança antecipada do ICMS pelo responsável tributário é conhecido como substituição tributária para trás.
- ❸ A substituição tributária para frente ou para trás, conforme diversas decisões do STF, não tem amparo constitucional, visto que se trata de fato gerador presumido.
- ❹ A lei ordinária poderá atribuir responsabilidade a terceiros pelo pagamento de taxas e impostos cujo fato gerador deva ocorrer *a posteriori*, conforme disciplinou a Constituição da República.
- ❺ Prevista constitucionalmente, a substituição tributária para frente garante a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.